

# GUIA DE BOLSO

## INSTRUÇÕES LEGAIS PARA REGULARIZAÇÃO DA TERRA DAS COMUNIDADES DE FUNDO DE PASTO

**Luiza Flávia Maciel Mudo**

**UNIVASF**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO  
**EXTENSÃO  
RURAL**

**Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural - PPGEExR**

**Linha de Pesquisa I: Identidade, Cultura e Processos Sociais Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues**

**Coorientador: Prof. Dr. Alexandre Henrique dos Reis**

	Mudo, Luiza Flávia Maciel.
M945 d	Guia de Bolso: Instruções legais para regularização da terra das comunidades de fundo de pasto. / Luiza Flávia Maciel Mudo. - Juazeiro - BA, 2021.
	xvii, 59 f. : il.; 29 cm.
	Inclui referências.
	1. Comunidades tradicionais. 2. Regularização fundiária. 3. Direito à terra. I. Título. II. Universidade Federal do Vale do São Francisco.
	CDD 331.33

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF  
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB - 5 / 1369.

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	03
O que é comunidade de Fundo de Pasto.....	04
Como se reconhecer como comunidade de fundo de pasto.....	06
O que devo fazer para obter a documentação que permite a utilização da terra coletiva de Fundo de Pasto.....	07
O que a Lei diz?.....	10
REFERÊNCIAS.....	12



# APRESENTAÇÃO

Os Fundos de Pasto são um tipo específico de comunidade rural que se territorializa no sertão semiárido do estado da Bahia.

A sua principal especificidade está na organização do uso da terra que associa parcelas de apossamento individual e parcelas de uso comum. Assim, as comunidades de Fundo de Pasto apresentam uma forma *sui generis*



Fonte: Autora da pesquisa, 2021

de organização do trabalho tradicionalmente instituída, com atividades de agricultura em pequena escala e manejo de rebanhos de menor porte (suínos e aves) nas posses individuais, que se associam ao extrativismo vegetal e ao manejo de outros rebanhos (geralmente ovino e caprinocultura) nas terras de uso comum.

# O que é comunidade de Fundo de Pasto?

São comunidades tradicionais que vivem na Caatinga. Estas comunidades se caracterizam como grupo de pessoas marcadas por identidades e valores comuns.



Fonte: Autora da pesquisa, 2021

Os traços étnicos e raciais e suas trajetórias de vida são os mais diversos. Em geral, os moradores das comunidades são agricultores e agriculturas familiares que nasceram e cresceram naquelas localidades, se ocupando de plantações ou cuidando de seus animais, sejam eles, aves, caprinos e bovinos.

# Como se reconhecer como comunidade de Fundo de Pasto?

**1º PASSO:** A própria comunidade se autorreconhece e se identifica como comunidade de Fundo de Pasto. A partir daí as pessoas da comunidade fazem, a demarcação do território.



Fonte: Autora da pesquisa, 2021

# Como se reconhecer como comunidade de Fundo de Pasto?

**2º PASSO:** O/A presidente(a) da associação da comunidade, deve encaminhar para a CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário e para a Sepromi - Secretaria de promoção da Igualdade Racial, um requerimento solicitando a demarcação da área coletiva e o reconhecimento da comunidade tradicional como Fundo de Pasto, isso gerará um documento de certificação.



Fonte: Autora da pesquisa, 2021



(71) 3103-1401- Sepromi/ (71) 3116-7200 (CDA)



E-mail: [sepromi@sepromi.ba.gov.br](mailto:sepromi@sepromi.ba.gov.br)

## O que devo fazer para obter a documentação que permite a autorização da terra coletiva de fundo de pasto?

**Conforme a Portaria Portaria Nº 0010, de 06 de julho de 2017 da Sepromi, a comunidade deve-obter:**

I- Requerimento de emissão de certidão de reconhecimento dirigido a Secretária de Promoção da Igualdade Racial, conforme modelo disponibilizado pela SEPRMI em forma impressa e em meio eletrônico;

II – Quando houver Associação Comunitária: cópia da ata de fundação, cópia da ata de eleição e posse da atual diretoriada associação legalmente constituída, e ata de reunião específica com a finalidade de deliberação a respeito da autodefinição da comunidade aprovada pela maioria de seus moradores, conforme modelo disponibilizado pela SEPRMI em forma impressa e em meio eletrônico.



## O que devo fazer para obter a documentação que permite a autorização da terra coletiva de fundo de pasto?

**Conforme a Portaria Portaria Nº 0010, de 06 de julho de 2017 da Sepromi, a comunidade deve-obter:**

III - Quando não houver Associação Comunitária: ata de reunião específica, convocada por liderança comunitária, com a finalidade de deliberação a respeito da autodefinição da comunidade, aprovada pela maioria de seus moradores, conforme modelo disponibilizado pela SEPROMI de forma impressa e em meio eletrônico;

IV - Lista de presença à reunião de deliberação a respeito da autodefinição da comunidade, referida nos incisos II e III, devidamente assinada pelos presentes, contendo os números das carteiras de identidade;

V - Formulário de caracterização da comunidade, disponibilizado pela SEPROMI em forma impressa e em meio eletrônico, com indicação da área ocupada e, quando couber, relato de situações de conflito fundiário, além de outros dados.

## O que devo fazer para obter a documentação que permite a autorização da terra coletiva de fundo de pasto?

**Conforme a Portaria Portaria Nº 0010, de 06 de julho de 2017 da Sepromi, a comunidade deve-obter:**

VI - Relato da história da comunidade, que pode estar contido no formulário de caracterização da comunidade;

VII - Declaração de autodefinição da comunidade enquanto Fundo de Pasto ou Fecho de Pasto, conforme modelo disponibilizado pela Sepromi em forma impressa e em meio eletrônico;

VIII - Outros documentos, caso a comunidade os possua, tais como fotografias, reportagens, e estudos realizados, que guardem relação com a história da comunidade.

# O que diz a Lei?

## **A Lei Estadual nº 12. 910/2013 diz:**

Art. 3º - O contrato de concessão de direito real de uso da área será celebrado por instrumento público com associação comunitária, integrada por todos os seus reais ocupantes, e gravado com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade.

§ 1º - O contrato terá duração de 90 (noventa) anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos.

# O que diz a Lei?

A Lei do Estado da Bahia traz a possibilidade da transferência do usoda terra de Fundo de Pasto pelo período de 90 anos.



Fonte: <https://agenciasertao.com/2019/06/28/27-comunidades-sao-reconhecidas-como-fundo-de-pasto-na-bahia/>

# BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

BAHIA. **Lei 12.910 de 11 de outubro de 2013.** Salvador: Bahia. 12 e 13 de outubro de 2013.

SEPROMI, UFBA. **Mapeamento das Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto da Bahia** Sepromi/UFBA, Salvador: UFBA, 2020.



